

AS MULHERES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA: um desafio local

Mirian da Silva Salomão

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP)

AS MULHERES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA: um desafio local

Resumo: Este artigo aborda os resultados da pesquisa “A participação das mulheres na construção da agenda política”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Tem como objetivo central contribuir com a produção de conhecimentos sobre os avanços e os recuos na incorporação do fator gênero nos Planos de Governo, na administração local, frente ao contexto das transformações societárias contemporâneas e suas expressões particulares no município de Belém. Em nível metodológico, realiza entrevistas com mulheres dos movimentos feministas, prefeitos e secretários dos governos municipais que estiveram em exercício nos anos de 1998 e 2006.

Palavras-chave: Mulher, política pública, participação, agenda política.

WOMEN AND DEMOCRATIC MANAGEMENT: a local challenge

Abstract: The current article presents the results of the research “Women’s involvement in the construction of political appointments. This study was developed within the Social Work graduate Program in the Federal University Of Pará. The main idea of this article is to contribute with knowledge production about the advances and back outs considering the gender inclusion in government’s plans, in local administration, in contemporary society changes context and their particular expressions in the Brazilian city of Belém. In terms of research methodology there were interviewed women of feminist movements, the mayor and municipal secretaries in the years of 1998 and 2006.

Keywords: Woman, public policies, participation, political agenda.

Recebido em 26.03.2010. Aprovado em 02.05.2010

R. Pol. Públ. São Luís, v.14, n.1, p. 29-37, jan./jun. 2010

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho não ignora as contribuições do feminismo clássico, baseado no questionamento das hierarquias nas relações de gênero, ou seja, nas relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres e seus desdobramentos mais amplos (sociais, políticos, jurídicos), como diversos autores (BEAUVOIR, 1980; PERROT, 2006; SAFFIOTI, 1976; THOMPSON, 1987) têm ressaltado em suas reflexões. Também não desconhece a divisão sexual do trabalho, existente nas sociedades patriarcais capitalistas como já apontava Karl Marx (1983) e Friedrich Engels (1989). Ao contrário, sustentando-se, também, nas aportações desses autores e em suas pesquisas históricas, este trabalho pretende, mesmo que de forma introdutória, acrescentar aspectos ainda pouco analisados na academia, a exemplo da participação das mulheres no planejamento de políticas públicas.

A crença na necessidade de se ampliar os debates sobre esse aspecto, parte da compreensão de que um dos desafios das mulheres no século XXI é fazer com que o fator gênero seja incorporado nos Planos de Governo – principalmente no âmbito local –, ou seja, faça parte do planejamento estratégico, integre as ações principais do governo e perpassse todas as secretarias.

Ideal que configura a era da emancipação feminina, na qual governos e povos do mundo todo discutem a participação das mulheres na construção das agendas governamentais, esta luta por igualdade política – que não é apenas das mulheres, mas principalmente delas –, tem perpassado décadas e atingido gerações. Nesse processo o debate tem auferido força política e espaço nas agendas internacionais.

Ainda assim, o recorte de gênero nas políticas públicas no Brasil, em geral, e em Belém, em particular, tem se dado muito mais no sentido de considerar as mulheres como beneficiárias das políticas públicas do que coparticipantes no processo de planejamento das mesmas, principalmente quando se trata do planejamento de políticas públicas urbanas.

2 O APRENDIZADO SOBRE A CULTURA DO PODER

Ao se realizar a pesquisa “A participação das mulheres na construção da agenda política”, a partir da perspectiva de gênero¹, pretendeu-se ir além da constatação de políticas públicas específicas para as mulheres. Esta proposição encontra justificativa na utopia feminina de ascensão à esfera pública como forma de resistência à invisibilidade. Trata-se de investigar o rompimento – ou não – com a cultura patriarcal que separa o público do privado, destinando os homens ao primeiro e as mulheres ao segundo (ARENDT, 1991); ou mesmo, reafirmar a compreensão de Bourdieu (1999) ao enfatizar que

as mulheres não participam diretamente do jogo do poder, mas relacionam-se com ele através dos homens aos quais se encontram vinculadas, quase sempre como espectadoras e estimuladoras do narcisismo e do machismo.

A ótica de Bourdieu encontra fundamento na lógica da racionalidade, a qual separou o ser humano e o resto do mundo, incluindo neste a emoção, os sentimentos, a paixão, enfim, tudo aquilo que não possa ser controlado e previsível. A esse plano, alinhou os indivíduos a partir do seu respectivo sexo, conferindo-lhe características e identificações, como fazendo parte de sua natureza. Os homens identificados pela razão, pela neutralidade, vão reforçando a ideia de afinidade com tudo aquilo que deve e pode ser apresentado em público, enquanto as mulheres vistas como parciais, emotivas, imprevisíveis e não confiáveis vão configurando o espaço privado.

A moral que esse modelo implementou incutiu na cabeça dos homens a ideia de uma supremacia sobre o sexo feminino, sobre o mundo e o seu destino. Eles passam a ser vistos como os mais inteligentes, capazes de formulações racionais ilimitadas, bem como de uma liberdade que os autoriza a conquistar o mundo e as pessoas, estabelecendo com elas uma relação de mando e de poder. Em outras palavras, o homem passa a ser considerado como um ser particular que vive a si mesmo como um ser universal, que tem o monopólio, de fato e de direito, do humano, ou seja, do universal, o qual está socialmente autorizado a sentir-se portador da forma total das condições humanas (BOURDIEU, 1999).

Essa compreensão dota-se de sentido mediante a argumentação de uma das entrevistas à pesquisa aqui apresentada:

Quando a gente debate sobre o tema político, as mulheres falam pra gente da coordenação: vocês não têm coragem de se colocar na política, de se empoderar. Mas quando a gente está lá, elas não querem apoiar. Na hora de votar elas ficam pensando se devem ou não votar nas mulheres [...]. Muitas acabam votando em candidatos homens que não abraçam a nossa luta. [...] Nas nossas reuniões elas falam bem, se colocam, se impõem, mas quando elas têm que tomar decisões elas passavam a vez para os homens (Liderança do Grupo de Mulheres do Bengui-GMB). (Informação verbal)²

Desafiadas a superar os ditames dessa sociedade nos espaços políticos, elas enfrentam uma rotina que amiúde insiste em “devolvê-las” ao espaço privado, da família. Na impossibilidade de fazê-lo, a lógica masculina se empenha em mantê-las (no espaço público-político) sob as conveniências do poder patriarcal:

Muitos homens se sentem ameaçados pelas mulheres e como não sabem lidar com esse sentimento acabam discriminando as mulheres (Fundadora do GMB). (Informação verbal)³.

Na verdade, atribui-se esta visão a uma representação social herdada de uma cultura secular de discriminação e segregação das mulheres no âmbito público. Historicamente, os homens dominaram o público e atribuíram a ele a sua própria condição de existir (ARENDT, 1991). Dividir esse espaço com as mulheres se traduz para eles na perda de poder, principalmente quando se trata de assumir cargos decisórios no espaço público-político. Para alguns, essa experiência chega a gerar um constrangimento moral, cultural e quase que existencial.

[...] acho que é poder demais para as mulheres. Deram muito poder a elas e isso tem sido péssimo. Porque elas são autoritárias e não ouvem ninguém. Aqui por exemplo, há mulheres em cargos estratégicos [...] Um projeto ou uma obra só anda se essas mulheres forem favoráveis [...] Quem manda são elas e a gente tem que obedecer, mesmo achando isso tudo um absurdo. (Secretário municipal de saneamento, gestão 2006). (Informação verbal)⁴

Beauvoir (1980, p. 470) enfatiza que “nem homens nem mulheres gostam de se achar sob as ordens de uma mulher”. A cultura de que os homens são os donos do saber, da competência, dificulta a trajetória das mulheres que buscam afirmar-se no espaço público. Se quiserem obter o reconhecimento de sua habilidade e competência, terão que conquistar uma confiança que de início não lhe é concedida. Diferentemente, o homem não precisa dar provas de si, ele se autodetermina e a sociedade o confirma. Desse modo, Beauvoir (1980, p. 470) ressalta:

O homem tem o hábito de se impor: seus clientes acreditam em sua competência; pode ser natural, impressiona sempre. A mulher não inspira o mesmo sentimento de segurança; torna-se afetada, exagera, faz demais. Nos negócios, na administração, mostra-se escrupulosa, minuciosa, facilmente agressiva.

O complexo de inferioridade inicial produz, como é geralmente o caso, uma reação de defesa que é o emprego exagerado de autoridade. Esta postura é justificada por muitas mulheres ao alegarem que, se permanecem naturais, não intimidam, porque “o conjunto de sua vida as incita antes a seduzir do que mandar” (BEAUVOIR, 1980, p. 470). Com isso, acabam optando por estratégias de afirmação que na cultura patriarcal são vistas como pouco

convencionais para as mulheres.

Uma outra questão que também é importante destacar aqui, é que essa busca das mulheres por reconhecimento no espaço público-político, especialmente no Pará, não é de agora. Embora outrora elas tenham se manifestado muito mais como coadjuvantes, se utilizando de suas competências e habilidades para fortalecer as bases de mando do marido, do amante, do filho, do pai e/ou do irmão, através de atividades políticas e filantrópicas que asseguravam a permanência destes no poder. Sendo assim, essas práticas políticas efetivadas pelas mulheres não tinham em seu bojo a pretensão de romper com as amarras do espaço privado, mesmo porque, o espaço público era, muitas vezes, vivenciado tanto pelo homem quanto pela mulher, como uma extensão do espaço privado, como bem enfatiza Álvares (1995, p. 151),

a presença da mulher paraense, no espaço público, era saudado com o cinturão atrás da costa, para impor-lhes o retorno à privacidade dos lares onde uma legião de dependentes esperava as benesses da cozinheira, da lavadeira, da ama de leite, da amante, da conselheira.

Assim, pode-se dizer que as mulheres experimentavam no espaço público-político a sobreposição do poder masculino, manifesta simultaneamente, na autoridade do marido e no domínio do Estado.

Apesar disso, as estratégias utilizadas por essas mulheres para adentrar o espaço público, não deixaram de ser uma “fuga” ao modelo tradicional, embora não representasse nenhuma atitude mais arrojada, no sentido de romper com os valores patriarcais e a condição feminina.

De qualquer modo, essa “fuga” (ou mesmo tentativa) ao modelo tradicional, marcou positivamente a história das mulheres à medida que desmistificou a ideia de que a mulher era um ser apolítico, “naturalmente” pertencente ao domínio familiar e privado (BEAUVOIR, 1980), muito embora, não tenha imprimido nenhuma – ou quase nenhuma – mudança no imaginário masculino, no sentido de admitir que a mulher tenha as mesmas habilidades intelectuais que o homem, ou mesmo estimular a emancipação política das mulheres, a ascensão delas no cenário público-político.

Assim, o discurso masculino, dominante na sociedade, insistiu e ainda insiste em reafirmar a reprodução dos papéis sexuais, aprisionando a mulher ao espaço doméstico em nome de uma suposta fragilidade biológica, em um espaço de atividades menos valorizadas socialmente. O discurso de que a mulher é “frágil” demais para suportar a “dureza” imposta pelas condições políticas e de que o homem é “forte” o suficiente, ainda hoje

é usado para restringir a cidadania ao homem, como demonstram dois dos entrevistados na pesquisa aqui abordada:

O que a gente vê é que o homem tem capacidade de se adaptar à política com muito mais facilidade do que a mulher. Tem determinadas coisas na política que as mulheres não aceitam, eu acho que até por uma questão de DNA. Isto para o homem não é tão complicado porque ele já está acostumado a ser dessa forma (Secretário municipal de urbanismo, gestão 2006). (Informação verbal)⁵

[...] eu penso que há outros locais mais adequados para elas se fazerem presentes (Secretário municipal de planejamento, gestão 2006). (Informação verbal)⁶

Ainda que esses depoimentos se revelem, em primeira instância, desmotivador, é importante ressaltar que nem mesmo as investidas do poder masculino hegemônico tem sido capaz de conter a luta das mulheres por igualdade, por reconhecimento de direitos. Crentes de que a experiência e o aprendizado da condição feminina são elementos importantes na idealização de uma nova sociedade para mulheres e homens, elas desenvolvem cotidianamente novas perspectivas sobre si próprias, que determinam a sua existência no espaço público-político:

As mulheres precisam estar por dentro de todo e qualquer debate político, porque são as mulheres quem estão no dia a dia, são elas que cuidam da educação dos filhos, são elas que conhecem a dificuldade de colocar seus filhos na escola, de garantir educação de qualidade e lazer. Só elas sabem o que significa ser mulher na sociedade patriarcal" (Liderança do GMB). (Informação verbal)⁷

As mulheres têm compreendido que não há "destino biológico", "psíquico" ou "econômico" capaz de determinar a sua forma de ser fêmea no mundo (BEAUVOIR, 1980). E que estas elaborações são apenas frutos de uma construção social, amplamente arraigada em valores patriarcais que não visam, senão, à conservação do domínio masculino.

A década de 1970 é reflexo dessa compreensão, marcada pela alteração nas propostas políticas das mulheres, a partir da crítica feminista e da contribuição dos estudos das relações sociais de gênero, que, não por acaso, coincidem com a participação ativa das mulheres nos movimentos sociais e organizações de base na luta pela melhoria da qualidade de vida. Esse tipo de participação política foi conceituada por Avelar (1987) como sendo: o ativismo, em geral urbano, que foge da hierarquia da política

institucionalizada, identificando-se em atividades políticas auto-orientadas, não estruturadas, de curta duração e envolvendo ação direta, visando influenciar políticas públicas.

A participação feminina na política partidária tomou impulso na década de 1980 com a redemocratização do país e a proclamação da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). Criaram-se, então, os Conselhos da Condição Feminina, as Delegacias Femininas de Polícia e os SOS Mulher. Em 1986, publicou-se a "Carta das Mulheres" com reivindicações específicas nas áreas de família, trabalho, saúde, educação. As candidatas, as eleitoras e os partidos políticos favoráveis às mulheres passaram a incluir reivindicações feministas em seus programas.

Certamente, essa nova atuação das mulheres tem suas raízes no longo processo de lutas e resistências, na sinuosa trajetória do feminismo no Brasil e, principalmente, nas questões levantadas no interior do movimento quanto ao significado, alcance e rumos das lutas das mulheres na sociedade, além de questionar os limites de gênero do modelo democrático e do próprio conceito de cidadania, tão descaracterizado e banalizado no Brasil.

Apesar das conquistas obtidas ao longo de décadas, não se pode afirmar que o voto resultou no ingresso massivo das mulheres na política. Para esclarecer essa relativa falta de interesse e envolvimento das mulheres na política, Avelar (1987) enfatiza que as teorias da participação política não têm explorado com a devida atenção os seguintes aspectos: a posição estrutural dos grupos, os fatores corporativos da participação política, a influência dos ciclos de vida individual, e como opera a relação custo-benefício. As mulheres, enquanto grupo em posição de desigualdade estrutural, não têm as mesmas condições de acesso às arenas políticas e aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel social. Por sua vez, as arenas políticas e canais de acesso às posições de poder (construídas por homens) são instituições corporativas de representação de interesses, com normas próprias de recrutamento e treinamento político, com formas de definição de políticas que assimilam apenas indivíduos e grupos já legitimados.

Por outro lado, essa exclusão sistemática das mulheres dos quadros de autoridade e poder, está atrelada também a aspectos relacionados ao comportamento (a socialização diferencial por sexo que não instrumentaliza as mulheres para competir), bem como, a aspectos estruturais (a divisão sexual do trabalho na sociedade e na família, que segrega a mulher no âmbito privado), como relatam duas das entrevistadas na pesquisa em debate:

As mulheres, também, precisam lógico, vencer a barreira delas mesmas pra poderem participar. Elas precisam sair

de casa, porque as mulheres têm seu papel configurado no âmbito privado (Assessora Nacional do tema gênero na FASE⁹). (Informação verbal)⁹

Quando a mulher começa a participar da vida pública a família cobra, exige dela atenção, cuidado. E a mulher fica tendo que se dividir (Liderança do GMB). (Informação verbal)¹⁰

Estas observações, postas pelos movimentos feministas, geram a seguinte reflexão: se o Estado liberal-democrático e a cultura política vigentes são uma construção masculina (baseada na separação público-privado), e se a cidadania é um conceito e uma prática masculina (sustentada pelo domínio patriarcal), um novo projeto democrático exige a reconstrução do sistema, das instituições e das práticas políticas. Além disso, sugere uma ampla e profunda mudança cultural, sobretudo na esfera privada e nas identidades sociais. Nesse sentido, o feminismo representa uma força cultural de oposição que tenta transformar o Estado a fim de criar e implementar políticas que ampliem os direitos da mulher (STROMQUIST apud CARVALHO; RABAY, 2001).

Com efeito, a participação política formal das mulheres pode ser estratégica para esse novo projeto de vida social, na medida em que propicie a criação de uma nova concepção e prática de cidadania, sensível à questão de gênero. Como conquista das mulheres, ela envolveu e envolve continuamente um aprendizado teórico e prático complexo. Por um lado, envolve um aprendizado sobre as relações e o exercício do poder no campo da política pública e partidária, e no campo articulado da política da vida privada (família e intimidade). Por outro, envolve um processo de empoderamento individual e coletivo que é eminente e essencialmente educativo, que se manifesta na agência individual e na organização coletiva.

Nesta perspectiva, o empoderamento consiste em um processo de aquisição de controle sobre a própria vida, de desenvolvimento de habilidades de fazer coisas e definir suas próprias agendas de mudança social, de organizar-se coletivamente e colocar demandas ao Estado. No caso das mulheres, visa alterar estratégica e radicalmente os processos e estruturas que reproduzem sua posição subordinada enquanto gênero, impulsionando a transformação da sociedade patriarcal através de um processo de esclarecimento, conscientização, mobilização e organização coletiva. Fato que implica tanto no controle de si – ganhar voz, mobilidade, presença pública – quanto no controle sobre as estruturas de poder para mudá-la em seu favor (CARVALHO; RABAY, 2001).

Nesse sentido, o aprendizado sobre a cultura do poder (suas relações/processos e formas/estruturas)

através da capacidade de objetivar e conhecer a realidade de modo crítico é condição para a transformação da realidade e para a libertação dos indivíduos e grupos daquilo que limita sua participação social, intelectual e política.

O poder é entendido genericamente como uma relação social complexa e as relações de gênero são relações de poder articuladas com outros campos e formas de relações de poder (CARVALHO; RABAY, 2001). Segundo Rowlands (apud CARVALHO; RABAY, 2001), o poder condiciona a experiência das mulheres num duplo sentido: é fonte de opressão em seu abuso e fonte de emancipação em seu uso. A mulher tem tido pouco poder e seu poder tem se circunscrito ao âmbito privado e familiar. Daí sua necessidade de empoderamento. O poder feminino deveria constituir uma nova concepção de poder, mais democrático e compartilhado, baseando-se numa ética de promoção da melhoria nas relações sociais das gerações presentes e futuras.

Obviamente que o empoderamento é diferente para cada indivíduo ou grupo, segundo sua vida, contexto e história, e segundo a localização da subordinação no âmbito pessoal, familiar, comunitário, nacional, regional ou global (CARVALHO; RABAY, 2001). De qualquer modo, o empoderamento das mulheres representa um desafio às relações de poder vigentes, à ideologia patriarcal e à desigualdade de gênero; ao criar consciência da discriminação de gênero, facilita a mudança na auto-imagem e nos sentimentos de inferioridade, nas crenças sobre direitos e capacidades, promovendo a autonomia individual.

3 A RESISTÊNCIA DAS MULHERES À INVISIBILIDADE NO PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS EM BELÉM

A década de 1970, no Brasil, marcou a intensa presença das mulheres nos debates dos movimentos sociais, em torno da luta pela democratização do regime e de reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida, especialmente nos centros urbanos. Observação que refuta as análises que ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, na verdade, atrizes (SOUZA-LOBO apud FARAH, 2004).

A história desses movimentos (urbanos) é também o da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que estas deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada.

A constituição das mulheres como sujeito político deu-se primeiramente por meio de sua mobilização em torno da democratização do regime e de questões que atingiam os trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto, tais como baixos salários, elevado custo de vida e questões relativas à inexistência de infraestrutura urbana e ao acesso precário a serviços

coletivos. Cabe destacar que estas manifestações no espaço urbano não podem ser dissociadas do processo de expansão do sistema capitalista, caracterizado pela articulação entre crescimento e pobreza (FARAH, 2004).

Ao mesmo tempo que denunciavam as desigualdades de classe, as mulheres nos movimentos sociais, passaram também a fomentar o debate sobre temas específicos à condição da mulher como direito à creche, saúde feminina, sexualidade, contracepção e violência contra a mulher. Debate que levou a uma convergência com o movimento feminista (COSTA, 2008; SARDENBERG, 1994). Embora o feminismo, diferente dos movimentos sociais com a participação de mulheres, se baseie na transformação da situação da mulher, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres.

O fato é que a crítica do movimento feminista e a contribuição dos movimentos sociais urbanos que incorporavam as demandas das mulheres em seus debates contribuíram para a inclusão da questão de gênero na agenda pública do país, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. Sob o impacto desses movimentos, na década de 1980 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero¹¹ no país. No caso de Belém, foi implantada a Delegacia da Mulher e o Conselho Municipal da Condição Feminina (ambos, no ano de 1987).

Não obstante, Belém se incorpora à dinâmica da sociedade brasileira, marcada por uma forte tradição organizativa e participativa dos movimentos sociais em defesa dos direitos sociais urbanos. Essas organizações emergem de uma centralidade em torno de questões relacionadas à habitação e ao saneamento, considerando a situação das contradições, das desigualdades e da exclusão que seguem a história da expansão urbana da cidade.

Neste contexto, se destaca o protagonismo de lideranças femininas como Domingas Martins, Antônia Salgado e Graça Antunes, cuja trajetória foi importante para a construção e consolidação, tanto do movimento de reforma urbana, quanto do movimento de mulheres e feministas em Belém. Embora durante a entrevista para essa pesquisa o governo municipal (gestão 2006) tenha demonstrado total desconhecimento da contribuição das mulheres para o processo de reforma urbana, bem como para o desenvolvimento da cidade:

O objetivo dos movimentos de mulheres é cuidar da parte social, não da parte de desenvolvimento da cidade (Secretário municipal de urbanismo, gestão 2006). (Informação verbal)¹²

Se a argumentação do gestor municipal, por um lado, ignora a trajetória das mulheres, como maioria, nas lutas pelas melhorias urbanas, por outro, destaca

o papel que as políticas urbanas têm desenvolvido na reprodução das desigualdades de gênero, na medida em que se fundamentam na lógica masculina de viver a cidade: homem-produção e mulher-reprodução, ainda que Gouveia (2004) enfatize em seus estudos sobre Mulher e Cidade, que falar das desigualdades não é apenas tratar da questão do acesso desigual aos espaços e processos das cidades. Mas acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não perpassam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas.

Essa é uma distinção necessária na medida em que permite compreender que atuar apenas no plano das desigualdades de acesso, ou seja, trabalhar os impactos da estrutura na vida das mulheres é importante, porém não suficiente, enquanto que assumir as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades, possibilita enfrentar a questão do poder e, consequentemente, dos privilégios que os homens têm com a conservação dessa estrutura.

Desse modo, ainda que mulheres e homens partilhem da mesma condição social, as mulheres provavelmente estarão em uma posição desfavorável, pois ambos experimentam diferentemente o cotidiano urbano. Evidentemente, isso ocorre, porque “há um conjunto de fatores culturais, simbólicos, normativos, institucionais e de ‘subjetividades sexuais’ que radicalizam a forma desigual com que as mulheres são inseridas na cidade” (MACEDO apud TAVARES, 2008, p. 12).

Esse tipo de observação faz compreender as contradições que permeiam as relações de gênero desde o âmbito das formas de apropriação do espaço urbano até as relações de poder, delimitadas pelas forças de dominação presentes (social, simbólica e política).

Por outro lado, justifica a necessidade e a importância da participação das mulheres nos espaços de poder, onde se decide sobre as questões urbanas, uma vez que estas influem diretamente na vida cotidiana das mulheres, principalmente se considerado o papel social destinado às mulheres na família e na comunidade. São elas que experimentam diariamente os problemas dos bairros, a pobreza, a ausência de políticas públicas eficientes, a carências dos serviços e equipamentos urbanos.

Mediante essa compreensão, buscou-se investigar até que ponto a gestão municipal de Belém, nos períodos pesquisados, incorporou a perspectiva de gênero nos Planos de Governo.

Neste sentido o ex-prefeito de Belém, se referindo a sua gestão em 1998, destaca:

Naquele momento, não tínhamos um planejamento urbanístico que levasse em consideração gênero. Sabe por quê? Nós pensamos sempre em integrar o conjunto de ações, aquilo que

tem interface já estava organicamente integrada. Mas nos debates em geral sempre surgiam as demandas das mulheres em asfaltar uma rua, criar mais creches, mas elas também diziam: queremos debater saneamento, mas também queremos discutir questão de gênero (prefeito de Belém, gestão 1998). (Informação verbal).

Essas exigências das mulheres, registradas nas últimas palavras do ex-prefeito (gestão 1998), se estabeleceram a partir da articulação entre os movimentos de mulheres e o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, em parceria com o Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF), de forma que culminou no desenvolvimento de uma proposta que incorporasse o fator gênero nas políticas públicas desde o seu planejamento até a sua execução. Esta proposta foi denominada Belém: Cidade das Mangueiras, Cidade das Mulheres, prevista para ser executada no período de 1997-2000.

As principais reivindicações contidas nessa Carta consistiam em: autonomia econômica e do trabalho feminino; educação não discriminatória entre mulheres e homens; municipalização da saúde e implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); políticas de combate e enfrentamento da violência contra a mulher; política habitacional; igualdade de acesso das mulheres aos recursos naturais. O documento incorporava, também, políticas e mecanismos institucionais com foco na igualdade entre homens e mulheres e a participação das mulheres nas esferas de governo: criação da coordenadoria/secretaria da mulher com autonomia administrativa e orçamento próprio; fortalecimento do CMCF, entre outros.

Contudo, mesmo diante dessa proposta, o fator gênero continuou sendo um elemento oculto no planejamento e implementação das políticas públicas, principalmente as urbanas. Esta característica não se limita à administração municipal de 1998, mas também, é constatada na gestão municipal de 2006, como reforça a secretária de habitação em entrevista concedida à pesquisa:

Embora o governo reconheça o papel relevante das mulheres no quadro familiar e no contexto urbano, admite que não há política pública urbana na perspectiva de gênero. [...] o governo municipal não tem interesse em fomentar a habitação de interesse social¹⁵. (Informação verbal)¹⁶

Este argumento é reforçado pelos demais secretários da mesma administração local:

A única política pública com recorte de gênero é essa voltada para garantia dos direitos da mulher: segurança, justiça,

porque o uso da força física é cultural e a mulher precisa de proteção nessa hora (...). Nas outras áreas o sofrimento é menor [...] (Secretário municipal de urbanismo, gestão 2006). (Informação verbal)¹⁷

[...] nesse aspecto de gênero, eu posso te dizer que não existe política pública de saneamento para as mulheres [...] mesmo porque, se é pública é de todo mundo, não pode ser de uma categoria apenas (Secretário municipal de saneamento, gestão 2006). (Informação verbal)¹⁸

A gente não pode, como política pública, distinguir gênero. As políticas são criadas independentes do gênero. Não seria democrático, pois política pública de gênero privilegia um setor (Diretor geral da secretaria municipal de planejamento, gestão 2006). (Informação verbal)¹⁹

"[...] vou separar essa coisa do gênero, porque a gente não consegue visualizar isso [...]" (Secretária municipal de habitação, gestão 2006). (Informação verbal)²⁰

A evidência desses relatos é intrigante e deixa uma reflexão importante: enquanto as questões de gênero não conseguirem ser incorporadas aos planos de governo de forma permanente e efetiva, as políticas urbanas continuarão sendo formuladas sob a ótica masculina, sem levar em consideração que mulheres e homens são socializados de forma distinta e suas responsabilidades e tarefas, tanto na família quanto na sociedade, são construídas de forma diferente e, por isso, necessitam de ações diferenciadas por parte do Estado.

4 CONCLUSÃO

Desde a Constituição de 1988 legitimou-se o direito de participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Com efeito, a criação desse direito não incidiu necessariamente na participação das mulheres no planejamento e implementação dessas políticas. Esta restrição – acrescida pela condição de gênero, de classe e de raça que se sobrepõe à mulher – é resultante de um modelo patriarcal tão necessário ao domínio político. Sustém-se na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construídas a partir de um modelo masculino de dominação.

Em outras palavras, essa restrição não é ideológica, mas real, podendo ser demonstrada através de concepções e ações concretas que se manifestaram na base do governo local em Belém, no período pesquisado:

1. A intolerância do padrão masculino de gestão em admitir a temática gênero dentro do programa e da ação política municipal;
2. A concepção de que o espaço privado é o “lugar natural” das mulheres, enquanto que o público cabe aos homens;
3. A não admissão do fator gênero nas políticas públicas urbanas, o que tem impossibilitado a superação das desigualdades que recaem sobre o gênero feminino.

Numa outra dimensão se manifestaram as restrições impostas às mulheres por sua condição de gênero na sociedade patriarcal, restringendo a sua participação nos espaços de poder:

4. Os sentimentos de inferioridade e dependência que condicionam a mulher a permanecer, muitas vezes, encerradas no universo privado como forma de se proteger de um mundo que não reconhece como também de sua autoria;
5. A coexistência de atividades domésticas e profissionais a cargo das mulheres que as sobrecarregam, dificultando a sua participação na vida política.

Apesar de todos esses desafios, as mulheres têm aprendido a driblar os limites que a sociedade patriarcal lhes têm imposto, elaborando novas estratégias de acessar os espaços de poder, política e decisão. Nesse processo de aprendizagem vêm criando linguagem própria, já que nasceram num mundo conformado pelas categorias e interpretações masculinas, ao qual tiveram de se moldar e do qual agora tentam se libertar.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Memórias e imagens do feminismo e das ligas partidárias no Pará: 1910 a 1937. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Angela (Org.). **A mulher existe?:** uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- AVELAR, Lúcia. Participação política da mulher: o conservadorismo político feminino. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (Org.). **Mulheres:** da domesticidade à cidadania. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** a experiência vivida. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Mulher e participação política: aprendizagem, empoderamento e exercício do poder. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.). **Os saberes e os poderes das mulheres:** a construção do gênero. Salvador: REDOR, 2001.
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <[http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento - Ana Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento_-_Ana_Alice.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2008.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1989.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas [online]. v.12, n.1, p. 47-71, 2004.
- GOUVEIA, Taciana. **Mulheres:** sujeitos ocultos das/ nas cidades? 2006. Disponível em: <http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057>. Acesso em: 18 out. 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Ática, 1983.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- SAFFIOT, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SALOMÃO, Mirian da Silva. **Mulheres e governo local:** a constante dialética entre o público e o privado. O município de Belém nos anos de 1998 e 2006. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2009.
- SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (Org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.
- TAVARES, Rossana Brandão. Forma urbana e relações de gênero. In Autoria coletiva. **Ser, fazer e acontecer:** mulheres e o direito à cidade. Recife: SOS Corpo, 2008.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NOTAS

- 1 Perspectiva de gênero entendida como uma orientação para a redução das desigualdades de gênero, isto é, desigualdades entre homens e mulheres (FARAH, 2004).
- 2 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, setembro, 2008.
- 3 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, setembro, 2008.
- 4 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 5 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 6 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 7 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, setembro, 2008.
- 8 FASE significa Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
- 9 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, setembro, 2008.
- 10 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, setembro, 2008.
- 11 Políticas públicas com recorte de gênero são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para as mulheres (FARAH, 2004).
- 12 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 13 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 14 Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).
- 15 A Habitação de Interesse Social, de acordo com o Plano Nacional de Habitação, disponibiliza uma cota para mulheres chefes de família.
- 16 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 17 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 18 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 19 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.
- 20 Entrevista concedida durante a pesquisa de campo. Belém, agosto, 2008.

Mirian da Silva Salomão

Mestre em Serviço Social - Universidade Federal do Pará (UFPA). Assistente Social. Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará - (IDESP)
Email: miriansalomao@gmail.com

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP)

Rua Municipalidade, n.1461, Umarizal,
CEP: 66050 - 350 - Belém - Pará